

# ROBINSON CRUSOÉ, O ÚNICO LIVRO DE EMÍLIO

Wilma Patricia Marzari Dinardo MAAS<sup>1</sup>

- RESUMO: O artigo investiga os fundamentos do processo de leitura presente no *Emílio*, de Rousseau, de acordo com os princípios de utilidade e necessidade que sustentam esse “romance educativo”. O *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, único livro recomendado pelo preceptor de Emílio, é analisado segundo a perspectiva da educação do “homem natural”.
- PALAVRAS-CHAVE: Rousseau; leitura; educação; Robinson Crusóé.

*Emílio, ou da educação*, é a obra na qual o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau expõe seu programa de educação e formação do indivíduo para a liberdade. Moral, política, ciências, religião, amor, sexo e sociabilidade compõem a obra de cerca de seiscentas páginas ao longo das quais o preceptor de Emílio instrui seu discípulo para a vida entre os homens. Impresso em Paris e publicado pela primeira vez em 1762, o *Emílio* provoca grande comoção na Europa. Na França, o livro é censurado e destinado à fogueira, e seu autor, sentenciado à prisão. Rousseau foge então para a Suíça, onde também são censurados o *Emílio* e o *Contrato Social*. Michael Launay (1995), na sua Introdução do *Emílio*, relembra ainda o caso da rainha da Suécia, que, “quando Rousseau ainda estava vivo, mandou trazer da África um negrinho para educá-lo segundo os preceitos de Rousseau”, fato que teve, certamente, as piores consequências pedagógicas.

Fato é que o chamado “romance educativo” ou “tratado de educação” do filósofo genebrino instituiu um complexo modelo de reflexão pedagógica, que levava em conta sobretudo as diferentes fases do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desde a primeira infância até a idade adulta, o preceptor de Emílio o instrui por meio da experiência concreta com os objetos, através do estímulo ao raciocínio, ao trabalho e à justiça exercida em meio à vida em comunidade.

Já nas primeiras páginas do *Emílio*, Rousseau esclarece a legitimidade de seu tratado de educação a partir do reconhecimento de duas formas de educação distintas: a do homem e a do cidadão:

Para ser alguma coisa, para ser si mesmo e sempre uno, é preciso agir como se fala; é preciso estar sempre decidido a respeito do partido a se tomar, tomá-lo abertamente e continuar sempre com ele. Estou esperando que me mostrem

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara.

esse prodígio para saber se ele é homem ou cidadão, ou como faz para ser as duas coisas ao mesmo tempo.

Dessas duas coisas necessariamente opostas decorrem duas formas contrárias de educação: uma pública e comum, outra particular e doméstica. (Rousseau, 1995, p. 12)

Rousseau reconhece então na *República de Platão* a obra na qual os princípios da educação pública se mostram da maneira mais clara e sensata: trata-se “do mais belo tratado de educação já escrito”. Ao mesmo tempo, Rousseau reconhece a impossibilidade de sobrevivência da instituição pública e de seu modelo educativo: “A instituição pública já não existe mais, e não pode mais existir, já que onde não há mais pátria não pode mais haver cidadãos. Essas duas palavras, pátria e cidadão, devem ser canceladas das línguas modernas” (Rousseau, 1995, p. 12).

Depois de criticar também os colégios de seu tempo, assim como a “educação da sociedade”, que “só serve para criar a homem de duas faces”, Rousseau faz a defesa da “educação doméstica ou da natureza”, por meio da qual o preceptor Jean-Jacques pretende formar seu discípulo segundo o conceito de “homem natural.” Aqui, é preciso determo-nos um pouco. Ao contrário do que se possa pensar em uma primeira leitura, o “homem natural” de Rousseau não deverá viver indefinidamente ao largo das instituições e das profissões sociais. A inserção na vida comunitária é pressuposto para a educação que Emílio deverá receber. Antes, porém, de receber a educação especializada que visa ao aprendizado de uma profissão, o jovem há que ser educado para sua condição de homem:

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela. Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à igreja ou à barra. Antes da vocação dos pais, a natureza o chama para a vida humana. Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar. (Rousseau, 1995, p. 14)

Ao longo das páginas do *Emílio*, Rousseau prescreve, então, esse processo educativo/formativo/instrutivo cujas bases, se for possível assim resumi-las, consistem na educação para felicidade na liberdade, por meio da transmissão de ensinamentos úteis, cognoscíveis através da experiência concreta com o mundo.

### **A coisa em si, em vez do signo**

A educação de Emílio será guiada pelo princípio da utilidade e da necessidade. Estas, por sua vez, conduzirão “ao que é conveniente e bom.” Dessa maneira, o método do preceptor constrói-se por meio da predominância dos objetos sensíveis sobre os objetos intelectuais:

É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. Nas primeiras operações do espírito, sejam os sentidos sempre os guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser os fatos. A criança que lê não pensa, só lê; não se instrui, aprende palavras. (Rousseau, 1995, p. 205)

O discurso retórico da instrução deve ser substituído pelo exemplo concreto, a linguagem deve ser reduzida à sua função referencial mínima. O ensino de geografia não se deve fazer por meio de globos, esferas e mapas, de “todas essas representações”, mas sim através do próprio objeto, a terra:

A esfera armilar parece-me uma máquina mal feita e executada em más proporções. Aquela confusão de círculos e figuras esquisitas que nela se assinalam dão-lhe um aspecto de coisa ininteligível que intimida o espírito das crianças. ... Em geral, nunca substituais a coisa pelo signo, a não ser quando é impossível mostrá-la, pois o signo absorve a atenção da criança e faz com que ela esqueça a coisa representada. (Rousseau, 1995, p. 209)

De acordo com esse princípio anti-retórico, o preceptor de Emílio atribui a seu aluno uma “dieta de leitura” que deverá prosseguir até os doze anos de idade. Emílio deixa mesmo de aprender as letras, permanecendo analfabeto até que o interesse, o desejo e a utilidade da aquisição da escrita e da leitura o levem a esse aprendizado. O preceptor Jean-Jacques declara-se mesmo indiferente quanto ao método sob o qual as crianças aprendem a ler, uma vez que o desejo e o interesse pela leitura deverão sobrepor-se a qualquer método:

Tem-se trabalhado muito para buscar os melhores métodos de ensinar a ler; inventam-se escrivatinhas, mapas; faz-se do quarto da criança uma oficina gráfica ... . Um meio mais seguro do que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. Dai esse desejo à criança, e depois deixai vossas escrivatinhas ..., pois qualquer método lhe servirá. (Rousseau, 1995, p. 127)

A base da crítica de Rousseau à introdução precoce da leitura no repertório da educação infantil reside na sua recusa em tomar o signo pela coisa. O caráter sígnico da linguagem, a propriedade que têm as palavras de apontar para algo que se encontra para além de si mesmas é considerado por Rousseau e pelo preceptor de Emílio prejudicial durante os primeiros anos da educação: “Se não há ciências das palavras, não há estudo próprio às crianças. ... De que serve escrever em suas cabeças um catálogo de signos que nada representam para elas? Ao aprender as coisas, não aprenderão os signos? Por quê dar-lhes o trabalho inútil de aprendê-las duas vezes?”

Em vez da leitura da palavra impressa, Jean-Jacques prescreve a leitura do mundo, capaz de impressionar a memória e registrar a experiência:

Sem estudar nos livros, a espécie de memória que uma criança pode ter não permanece por isso ociosa. Tudo o que ela vê, tudo o que ouve a impressiona e

ela lembra: guarda em si mesma o registro das ações das palavras dos homens, e tudo que a rodeia é o livro no qual, sem perceber, ela enriquece continuamente sua memória, enquanto espera que seu juízo possa aproveitá-lo. (Rousseau, 1995, p. 120-1)

Emílio não deverá aprender nada de cor, “nem mesmo as fábulas de La Fontaine.” A propósito dessas fábulas, o preceptor de Emílio faz curiosa análise de “O corvo e a raposa”, sempre com base no caráter inatural dos signos verbais, aqui aliado à inadequação da moral da fábula para a idade infantil. Rousseau acredita que a moral das fábulas do Sr. de La Fontaine é antes adequada aos adultos do que às crianças, que não as compreendem, ou as entendem da maneira contrária à desejada pelo fabulista. Vale a pena repetir aqui trechos da análise que Rousseau faz de “O corvo e a raposa”, sob uma perspectiva predominantemente sógnica e semântica:

*O Corvo e o Raposo*  
*Fábula*

*Mestre corvo, sobre uma árvore pousado,*

Mestre! Que significa esta palavra em si mesma? Que significa diante de um nome próprio? Que sentido tem aqui?

Que é um corvo?

Que é uma árvore pousado? Não dizemos sobre uma árvore pousado, mas sim pousado sobre uma árvore ...

*Segurava com o bico um queijo*

Que queijo? Um queijo suíço, de Brie ou da Holanda? Se a criança nunca viu um corvo, que lucro tendes em lhe falar sobre ele? Se já viu, como poderá conceber que segure um queijo com o bico? Façamos sempre imagens conformes à natureza. ...

*Disse-lhe aproximadamente estas palavras*

Estas palavras! Então, será que os raposos falam? E falam a mesma linguagem dos corvos? Prudente preceptor, toma cuidado! ...

*Como sois bonito! Como pareceis belo!*

Redundância inútil. Ao ver repetir-se a mesma coisa com palavras diferentes, a criança aprende a falar de modo frouxo. Se disserdes que essa redundância é um artifício do autor, que faz parte do plano do raposo que quer parecer multiplicar os elogios junto com as palavras, a desculpa será boa para mim, mas não para o meu aluno. (Rousseau, 1995, p. 122-3)

A crítica de Rousseau, ou do preceptor de Jean-Jacques, às fábulas de La Fontaine constrói-se claramente com base na defesa de uma linguagem direta e pronta para ser

aplicada, aludindo a objetos concretos e isenta de artifícios retóricos. A par disso, Rousseau defende também o princípio da verossimilhança física, como se pode perceber no comentário sobre o corvo que segura o queijo no bico.

## O primeiro livro de Emílio

De acordo com os princípios da utilidade, da necessidade e da fidelidade ao mundo natural, o preceptor de Emílio prescreve o aprendizado da leitura apenas no momento em que, por curiosidade e desejo, a criança sentir-lhe a falta:

O interesse presente, eis o grande motivo, o único que leva com segurança e longe. ... Às vezes, Emílio recebe de seu pai, de seus parentes, de seus amigos, alguns convites para jantar, para uma diversão na água, para ver alguma festa pública. Esses convites são curtos, claros, nítidos, bem escritos. ... Ah! Se soubesse lê-los! (Rousseau, 1995, p. 128)

De acordo com os mesmos princípios, Jean-Jacques prescreve o *Robinson Crusoé*, de Defoe, como o primeiro livro de Emílio:

Já que precisamos absolutamente de livros, existe um que oferece, a meu ver, o melhor tratado de educação natural. Será o primeiro livro que Emílio lerá; sozinho, constituirá por bastante tempo sua biblioteca inteira, e nela sempre ocupará um lugar de destaque. Será o texto a que todas as nossas conversas sobre ciências naturais servirão apenas de comentários. Servirá de prova durante nosso aprendizado sobre o estado de nosso juízo e, enquanto nosso gosto não se corromper, sua leitura sempre nos agradará. Qual é então, esse livro maravilhoso? Será Aristóteles? Será Plínio? Buffon? Não, é Robinson Crusoé. (Rousseau, 1995, p. 233)

O romance de Defoe deverá constituir uma espécie de *vademecum* para Emílio, sendo ao mesmo tempo “sua instrução e sua diversão”. Por quê o preceptor Jean-Jacques elege o romance de Defoe como leitura intensiva de seu discípulo? O que há nesse livro, capaz de “instruir e divertir”, que o torna mais eficaz do que a leitura dos filósofos e dos cientistas da natureza?

Robinson Crusoé, inglês misto entre aventureiro e latifundiário, naufraga na costa do Caribe. Único sobrevivente, passa cerca de trinta anos no que chama de “sua ilha”, vivendo em um estado primitivo que faz lembrar os primeiros tempos do homem sobre a terra, em sua busca pelo aperfeiçoamento das ferramentas, na busca por comida e abrigo, no progresso lento e constante de suas condições materiais.

O romance de Defoe pode ser considerado um *best-seller*, mesmo no sentido contemporâneo do termo. No período de 7 anos, a contar de sua primeira publicação, o Robinson teve sete edições na Inglaterra, enriquecendo seu editor, William Taylor. Até 1895 contavam-se, no mercado literário inglês, 196 edições do original. Ao lado

disso, é preciso considerar o sem-número de obras de aventura em edições anônimas e publicadas sob pseudônimo, que procuravam repetir o sucesso editorial do primeiro *Robinson*. Ao longo do século XVIII, despontam na Europa centenas de adaptações do romance de Defoe; um Robinson francês, um português, um italiano, russo, espanhol, islandês, sueco, dinamarquês, holandês, austríaco, ao lado de um Robinson persa e um americano. Também na Alemanha houve praticamente um Robinson para cada região político-geográfica, além de um Robinson livreiro e de um Robinson médico.

Esse fenômeno editorial, que ocorreu como resposta imediata à publicação da obra original, constitui o primeiro tipo de recepção do romance, acentuando principalmente seu caráter de narrativa de viagem e aventura. É uma leitura que inscreve o romance de Defoe sob a rubrica de literatura trivial, contextualizada na expansão da literatura não-religiosa e de entretenimento junto ao público mediano.

Historicamente, o *Robinson Crusoe*, surgido na segunda década do século XVIII, é contemporâneo da demarcação, pelos ingleses, das grandes rotas marítimas, do florescimento do comércio e da pirataria. Demarca, por esse prisma, uma transformação da economia na Inglaterra, no início do século XVIII, em direção a um política comercial cosmopolita e expansionista. Por outro lado, a solidão de Robinson em sua ilha, bem como a narração em primeira pessoa, aproximam o romance dos relatos de confissão religiosa pietista, nas quais se descreve uma *imaginary voyage* ou uma viagem interior. Em resumo, pode-se dizer que Robinson é uma tentativa de síntese entre o *homo religiosus* e o *homo economicus*.

Em sua longa carreira ao longo de cerca de 250 anos, o romance de Defoe chegou até nós tendo enfatizada a sua função de romance de aventura, e, mais especialmente, de literatura infanto-juvenil. No Brasil, a publicação do romance de Defoe na coleção “Clássicos da literatura juvenil” pela Editora Abril, em 1975, reitera a recepção da obra como literatura para o público jovem e até mesmo como obra pedagógica. Já no século XVIII, cerca de cinquenta anos após sua publicação, o *Robinson Crusoe* servia de modelo para os primeiros periódicos destinados especificamente par ao público infanto-juvenil, como o “Robinson dos pequenos” (1779-1780), de Joachim Heinrich Campe.

Essa acentuação da função histórica do *Robinson* como obra de teor pedagógico pode ser atribuída à representação ali contida de um processo de adequação ao mundo, ao lado de um sentimento próprio da burguesia, que exigia uma preparação precoce do indivíduo infantil como mantenedor de uma camada social que então se assegurava de seu estatuto. Robinson é náufrago, mas também latifundiário. Depois de resgatado por marinheiros ingleses, sua mentalidade colonialista transforma “sua ilha” em uma fazenda organizada e produtiva; além disso, durante o período de isolamento na ilha, suas plantações de cana-de-açúcar no Brasil haviam prosperado e, ao final de seu relato, o náufrago já é dono de considerável fortuna.

No início da narrativa de Defoe, Robinson é apresentado como um jovem de boa família, mas com “inclinação à vagabundagem”. Narrando em primeira pessoa, Robinson Kreutznauer, depois Crusóe, filho de um próspero comerciante de Bremen radicado em York, dá notícias de suas origens e formação:

Sendo eu o terceiro filho da família e não tendo aprendido qualquer ofício, muito cedo minha mente começou a povoar-se com devaneios. Meu pai, que já estava muito idoso, transmitiu-me os melhores ensinamentos que uma educação familiar e uma escola pública de interior permitiam e encaminhou-me para o Direito. Mas nada me satisfaria a não ser ir para o mar. (Defoe, 1997, p.7)

É possível que o preceptor Jean-Jacques tenha interpretado o período de isolamento de Robinson na ilha como uma etapa de instrução do corpo e de formação do caráter. O jovem filho de comerciante que não aprendera qualquer ofício deverá passar, em sua ilha, pelas etapas de aprendizado que não conheceu em sua vida em meio à civilização. Os exemplos de aprendizado de Robinson são inúmeros, principalmente no que se refere ao conhecimento das coisas da natureza, como o clima e a terra mais propícia para o plantio, assim como à fabricação de artefatos. Na solidão da ilha, Robinson realizará seu aprendizado, fabricará cestos, cozerá o barro e plantará seu próprio alimento.

A par disso, Robinson Crusoe, à época do naufrágio, é jovem e descrente. Ao longo dos anos, o isolamento, os perigos e a luta pela sobrevivência fazem-no converter-se. Longas passagens de seu diário podem ser lidas também como um relato de conversão:

Que são esta terra e este mar que tanto tenho visto? Qual a sua origem? E o que somos eu e as outras criaturas, mansas e selvagens, humanas e brutais? De onde viemos? Por certo somos feitos todos por algum poder misterioso, que criou a terra e o mar, o ar e o céu. Quem é este poder? Então naturalmente concluí: foi Deus que criou tudo. ... À noite, jantei três ovos de tartaruga, que assei nas brasas e comi na casca. Foi esse, até onde pude lembrar, o primeiro alimento para o qual pedi a benção do Senhor. (Defoe, 1997, p. 103-4)

Para o preceptor de Emílio, entretanto, interessam exclusivamente as passagens nas quais Robinson relata seu enfrentamento com o ambiente natural que o cerca, a utilização racional dos conhecimentos e recursos que trazia consigo e o engenho posto a funcionar para conseguir algo tão corriqueiro na civilização como uma panela. Em seu isolamento na “sua ilha”, Robinson deverá reproduzir as condições a partir das quais Jean-Jacques quer educar seu “homem natural”.

De fato, já em seus primeiros dias na ilha, Robinson Crusóe dá-se conta das inúmeras necessidades do cotidiano que terá de prover, desde a fabricação de tinta para as anotações de seu diário até o reconhecimento das estações climáticas de seu novo meio-ambiente. Boa parte do relato de Robinson nos é apresentado em forma



de diário, em primeira pessoa, através do qual o leitor pode acompanhar os progressos do naufrago no que se refere a seu engenho na fabricação de objetos necessários à sobrevivência, assim como no que se refere à sua conversão religiosa.

A descrição do processo de experimentação utilizado por Robinson na fabricação de cerâmica impermeável é um exemplo claro do princípio de utilidade defendido pelo preceptor Jean-Jacques. Aprender apenas o que é útil significa, no romance de Defoe, literalmente, aprender o que é necessário para a sobrevivência.

Mas nada disso servia ainda a meu objetivo, que era conseguir um pote de barro para armazenar líquidos e suportar o fogo ... . Algum tempo depois, tendo feito uma boa fogueira para assar a carne, quando fui apagá-la, encontrei um pedaço quebrado de um de meus potes de barro no fogo, queimado, duro como uma pedra e vermelho como uma telha. ... Isso levou-me a estudar como dispor o fogo, de modo a permitir o cozimento de alguns potes. Não tinha noção alguma de como os fornos eram utilizados pelos oleiros, ou de como vidrar os utensílios com chumbo, que eu possuía em alguma quantidade. Empilhei então três grandes tigelas e dois ou três potes, uns sobre os outros, e coloquei lenha em volta, com bastante carvão embaixo ... . Obtive de manhã três tigelas, não direi graciosas, mas boas, e mais dois potes de barro que haviam endurecido tanto quanto seria desejável, um deles completamente vitrificado, como derretimento da areia. (Defoe, 1997, p. 135-6)

O preceptor de Emílio deseja que seu aluno se sinta como o próprio Robinson, vendo-se “vestido de peles, com um grande chapéu, um grande sabre e todo o grotesco equipamento do personagem” (Rousseau, 1995, p. 233). Emílio deverá praticar as artes naturais, “que podem ser praticadas por solitários, por selvagens”, em oposição às “artes de indústria”, que têm origem na sociedade. Emílio deverá, portanto, saber valorizar as artes “úteis” frente às “inúteis”, pois, a seus olhos, “o ferro deve ter um valor muito maior do que o ouro, e o vidro do que o diamante; da mesma forma, ele honra muito mais um sapateiro ou um pedreiro do que ... todos os joalheiros da Europa” (Rousseau, 1995, p. 237).

Em consequência dessa abordagem “utilitarista” do romance de Defoe, Rousseau interessa-se apenas pelo período que, na narrativa, compreende o momento entre naufrágio do navio que levava o protagonista até a chegada dos primeiros homens civilizados à Ilha. Nem mesmo o encontro com Sexta-Feira, o selvagem resgatado por Robinson do cruel destino de vítima dos canibais, é enfocado por Rousseau. O preceptor de Emílio considera mesmo prejudicial o episódio, na medida em que a companhia do jovem Sexta-Feira, que “por enquanto não impressiona muito” a Emílio, “já não lhe bastará por muito tempo.” Ou seja, Rousseau considera que a presença de Sexta-Feira, o selvagem que, como Peri, adquire as virtudes cristãs, perturbará o isolamento necessário a essa etapa da formação do Emílio/Robinson.



O romance de Defoe passa a constituir, assim, para ao preceptor de Emílio, o verdadeiro livro de formação adequado a seu jovem aluno. Ali, Emílio deverá efetivamente instruir-se e divertir-se, extraindo dessa leitura, além de conhecimentos sobre a natureza, a física, a química, geografia, história e moral, os fundamentos da noção de trabalho e mesmo a compreensão de um conceito próximo ao que hoje entenderíamos por “mais-valia”, originada na predominância que a sociedade concede às “artes menos úteis” em relação às “artes mais úteis”:

Há uma estima pública ligada às diferentes artes na razão inversa de sua utilidade real. Essa estima mede-se diretamente pela sua própria inutilidade ... . As artes mais úteis são as que ganham menos, porque o número de trabalhadores é proporcional à necessidade dos homens e o trabalho necessário a todos permanece tendo um preço que o pobre pode pagar. Pelo contrário, essas pessoas importantes que são chamadas não de artesãos, mas de artistas, trabalhando unicamente para os ociosos e os ricos, põem um preço arbitrário em suas ninharias. (Rousseau, 1995, p. 235)

Assim, a eleição do Robinson Crusóe como livro de formação de Emílio coincide também com a valorização do trabalho manual pelo preceptor, pois, “de todas a ocupações que podem fornecer o sustento ao homem, a que mais o aproxima do estado da natureza é o trabalho manual”. Rousseau chega mesmo a recomendar o aprendizado de um ofício aos filhos da classe abastada como forma de moldar o caráter e de adquirir independência:

Nunca sereis reduzido a trabalhar para viver, Ah, tanto pior para vós! Mas não importa; não trabalheis por necessidade, trabalhai por glória. Rebaixai-vos ao estado de artesão, para ficardes acima do vosso. Para submeterdes a sorte e as coisas, começai por tornar-vos independente. (Rousseau, 1995, p. 251)

A leitura do Robinson Crusoe feita por Rousseau em *Emílio* realiza-se, portanto, em conformidade com os princípios que sustentam o processo de educação, instrução e formação defendidos tanto pelo preceptor Jean-Jacques como pelo filósofo Rousseau . Por uma dinâmica de deslocamentos operada ao longo da história literária, a obra de Defoe, produzida sob condições bastante específicas, como a expansão da economia ultramarítima e a expressão subjetivista do calvinismo na Inglaterra, atua, através de uma transformação de sua função histórica, na formação de um paradigma pedagógico que se estabilizou ao longo da história da educação moderna.

MAAS, W.P. M.D. Robinson Crusoe, Emile's sole book. **Itinerários**, Araraquara, n. 17, p. 201-210, 2001.

- *ABSTRACT: The present work aims at investigating the foundations of the reading process presented in Rousseau's Émile according to the principles of utility and necessity upon which this "education novel" is structured. Daniel Defoe's Robinson Crusoe , the only book recommended by Émile's tutor, is here analysed from the viewpoint of the education of the "natural man".*
- *KEY-WORDS: Rousseau; reading; education; Robinson Crusoe.*

### **Referências Bibliográficas**

DEFOE, D. **As aventuras de Robinson Crusóé**. Tradução Albino Poli Junior. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio, ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

